

“A Inocência e o Vício” compõe-se de cinco capítulos, na verdade cinco ensaios, a respeito do “homoerotismo”. Este termo foi escolhido pelo autor a fim de evitar o uso da palavra “homossexualismo”, veementemente recusada por ele em função do seu conteúdo discriminatório, inscrito em uma prática linguística que empobrece o reconhecimento do universo das singularidades sexuais.

Em cada um dos capítulos Jurandir apresenta razões pelas quais rejeita a utilização da palavra “homossexual”. Logo na introdução encontramos a premissa ética que justifica todo o tratamento que se dispensou subsequentemente ao tema, que é a de que **“a discriminação é um tipo de crença que deve ser repudiada”**. É dentro desta tomada de posição, ética e política, que se desenvolvem as idéias do autor, para quem **“criticar a crença discriminatória significa (...) criticar também o vocabulário que permite sua enunciação e que a torna razoável aos olhos dos crentes.”**

Além disso, ele aponta para a divisão dos homens, culturalmente estabelecida, em duas categorias - suficientes e excludentes -, agrupadas quanto às inclinações sexuais: ou se é homossexual ou se é heterossexual. E é exatamente contra esta dicotomia compulsória, baseada em pressupostos ideológicos e insustentável enquanto critério, que o livro brada.

Digo “brada” porque, no estilo de Jurandir, o texto nunca é frio. Por mais que se utilize de uma objetividade e de uma lógica impecável na argumentação e na contra-argumentação, os ensaios marcam claramente uma posição do autor em relação à ética social: Jurandir é intransigente na defesa da tolerância. Um exemplo disso? Vejamos: questionando a ligação que muitas vezes se insiste em fazer entre perversão e homoerotismo, ele nos diz: **“É em nome deste ideal de tolerância, em tudo e por tudo oposto ao ideal da perversão, que perguntamos: em que e por que o homoerotismo entre adultos que consentem mutuamente na relação sexual pode atentar contra a vida, a liberdade ou o**

## Um Grito de Alerta

*Resenha de Jurandir Freire Costa, A Inocência e o Vício, Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará, 1992, 195 p.*

**direito à busca da felicidade de cada um de nós? Até segunda ordem, sem hesitar, responderia: em nada! Nada nesse estilo de existência inviabiliza ou contradiz os ideais que fundam nossa cultura, e isso, a meu ver, basta para assegurar seu livre direito à expressão social, sem constrangimentos morais ou coerções físicas.”**

As críticas dirigidas ao emprego do termo “perversão” na psicanálise parecem-me ser, para quem é do ramo, de enorme relevância, teórica e ética a um só tempo. A associação necessária entre homoerotismo e perversão é dissecada, desnudando-se os pressupostos ideológicos e discriminatórios nela contidos. Em uma linguagem acessível, apropriada até mesmo ao leitor não especialista, Jurandir apresenta pontos de vista respaldados por sua enorme capacidade de argumentação lógica, que se faz acompanhar de uma erudição humanista, expressa por sua preocupação com o conhecimento sem fronteiras, e por um franco engajamento na abordagem de qualquer assunto. É assim que suas colocações vão, de forma elegante, questionando a fundo os pressupostos e as práticas sociais estabelecidas, inclusive a própria prática psicanalítica.

No primeiro capítulo do livro, **“Os amores que não se deixam dizer”**, o leitor é levado a um passeio pela literatura. Passeia-se por Balzac, Oscar Wilde, Proust, Gide e pelo brasileiro Adolfo Caminha, buscando-se examinar o modo como os amores homoeróticos foram por eles tratados. Na fonte pródiga da literatura vai se desvelando a moralidade de cada época, com o foco apontando para o entendimento social do homoerotismo.

No segundo ensaio, **“Impasses da ética naturalista: Gide e o homoerotismo”**, Jurandir empreende uma análise profunda do escritor francês, em

conexão com sua abordagem do homoerotismo pautada pela ética naturalista. Mesmo baseando seu ensaio na crítica à cegueira que a filiação naturalista impôs a Gide, sua grandeza é reconhecida pelo fato de que, já maduro, ele supera seu tempo ao escrever precedendo Lacan: *“Je ne suis jamais, je deviens. Je deviens celui que je crois ou que vous croyez que je suis.”* Eis aí o reconhecimento da contingência em nossa determinação, idéia frontalmente oposta à postura naturalista.

O terceiro capítulo, **“Conjugalidade, ética sexual e parceria homoerótica”**, é o que mais aborda a pluralidade das possíveis identificações homoeróticas, aliás, tão “plurais” quanto as heteroeróticas. A pobreza da dicotomia homo/heterossexualidade evidenciam-se a partir do exame de diversas possibilidades, que podem não guardar entre si nenhuma unidade que justifique a inclusão de todas as formas de inclinações homoeróticas em uma mesma categoria. **“A identificação sócio-sexual é produto do imaginário histórico. Nem a fenomenologia da atração homoerótica, nem a singularidade dos complexos fantasmáticos levaram-me a acreditar na existência de uma estrutura psíquica comum a todos esses sujeitos”**, afirma o autor.

O quarto capítulo, **“A inocência e o vício: du côté de chez Proust”**, é uma incursão de raro fôlego pela obra **“Em busca do tempo perdido”**. Deslizando sobre o limite tríplice da análise literária, da análise histórico-social e da análise (aqui, psicanálise) do escritor, o texto nos conta como Proust **“fez da sua vida uma paródia do que a tolice mundana recomendava encenar.”** Suas inclinações homoeróticas eram dissimuladas em sua literatura através de sua recusa a falar do sexo em primeira pessoa. Para Gide, apoiado em

outra ética, **“nunca dizer je era mentir, para Proust, era mentir e afirmar, em cada mentira, que para cada eu que fala há pelo menos um outro eu que é obrigado a calar.”**

Finalmente, o quinto capítulo, **“O homoerotismo diante da AIDS”**, destoa dos antecedentes por ser essencialmente um estudo em moldes científicos, que trabalha com uma casuística composta de duas amostras de sujeitos: analisados atendidos em consultório de psicanálise e um grupo de adultos do sexo masculino que se submeteram a uma entrevista com um antropólogo. Tendo a AIDS como centro da abordagem, partiu-se do pressuposto de que **“o risco de infecção entre indivíduos homoeroticamente inclinados está diretamente relacionado à maneira como lidam com o preconceito dirigido contra suas preferências sexuais.”** As conclusões a que se chegou demonstram-se de importância capital para o planejamento de estratégias de prevenção à doença. Entre elas, a de que a eficácia da informação sobre os riscos de contágio dependem menos de seu teor cognitivo do que do apreço pela vida - a própria e a do outro -, o que **“dependia, em grande medida, do valor que os sujeitos atribuíam aos ideais morais sociais, à imagem de si mesmo ou à imagem da felicidade individual que cada um tinha.”**

Enfim, o livro de Jurandir contém um grito de alerta: alerta em relação a toda forma de embuste ideológico que costuma nos obnubilar a inteligência e o juízo, embuste que muitas vezes nos aparece travestido de “teoria”.

\* “Eu nunca sou, eu me torno. Torno-me aquele que acredito ser, ou aquele que vocês acreditam que sou.”

**Flávio Carvalho Ferraz**  
Psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.